

Parlamentarismo não

Em entrevista à Folha de São Paulo no último dia 29, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, informou que está em negociações com líderes e partidos para levar à votação a mudança de sistema de governo no Brasil, com a adoção do parlamentarismo.

O argumento dos defensores do parlamentarismo é que o sistema permite saídas mais estáveis e eficientes para momentos de crises políticas, como o que vivemos. E usam os países europeus como exemplo.

Ora, o sistema de governo não é uma panaceia que resolve por si só todos os problemas da democracia e do desenvolvimento de um país. O Brasil não atingirá níveis europeus de desenvolvimento pela adoção do parlamentarismo, assim como nosso presidencialismo não nos garante o nível de desenvolvimento dos Estados Unidos.

Vale lembrar que o parlamentarismo europeu é fruto do processo histórico de transição da Idade Média para a Modernidade, de um pacto entre a realeza e a burguesia. Por isso, até hoje, a Inglaterra conserva uma Casa dos Lordes em seu sistema. E não se deve esquecer que Hitler, Mussolini, Salazar e Franco ascenderam em regimes parlamentaristas. Não há nenhuma garantia de que o parlamentarismo leve à consolidação democrática.

A democracia não é privilégio exclusivo de um ou outro sistema de governo. E nem é garantida de antemão por nenhum deles. Ela é furto da luta por liberdade política e pela soberania popular. No debate entre os dois sistemas, o que se deve avaliar, então, é qual deles oferece melhores condições para o florescimento e aprofundamento dessas conquistas.

O presidencialismo é o sistema em que há maior repartição de poder, obstaculizando sua concentração, que é a ameaça maior à liberdade política. É também aquele no qual o povo elege diretamente tanto os membros do Legislativo quanto o chefe de Governo no Executivo.

E são as eleições para o Executivo que são capazes de mobilizar o povo e envolver toda a sociedade no debate de grandes questões nacionais. Em nossas eleições parlamentares, por outro lado, o voto muitas vezes é dado em função de clientela, fisiologismo, corporativismo, bairrismo ou parentesco. Motivos provinciais e despolitizados. Por isso, há tanta distorção na composição dos legislativos, onde as maiorias sociais (trabalhadores e classes populares) são enormemente subrepresentadas, enquanto as elites, por definição minoritárias socialmente, são largamente representadas por bancadas amplamente majoritárias.

O parlamentarismo, ao contrário do que se costuma pensar, é o sistema do Legislativo fraco, pois, definido o chefe de governo pelo Parlamento, esse passa a ser mero ratificador dos atos daquele. É concentrador de poder, com a tendência à convocação de eleições sempre que for do interesse do partido dominante. Tende à elitização e ao achatamento da soberania popular.

Sobre a questão da governabilidade, no presidencialismo, sob uma democracia, as decisões de governo podem ser mais demoradas, mas são fruto de um progressivo consenso.

É claro que o presidencialismo brasileiro precisa - e muito - ser melhorado. Por isso, defendemos uma reforma política democratizante, que fortaleça o debate em torno de projetos coletivos para o país e os mecanismos de participação e transparência, e combata o poder do dinheiro e

o fisiologismo. Que aprofunde a democracia nos três poderes, ampliando a possibilidade do voto popular inclusive para o Judiciário, e não o reduzindo apenas para o Legislativo, como propõe o parlamentarismo.

Para quem quer o aprofundamento da democracia brasileira, o parlamentarismo pode acabar sendo um tiro pela culatra.

Ajuste longe do fim

Consta que em reunião no último dia 30 com a bancada petista no Congresso, Lula teria dito que o "ajuste fiscal" está sendo concluído, e que é preciso virar a página e passar para uma agenda positiva.

A premissa é falsa. O ajuste não se conclui com a votação das Medidas Provisórias enviadas pela Dilma ao Congresso. Ele continua pelo menos até o próximo ano, com os cortes orçamentários e o aumento da taxa de juros. Já há economista que prevê crescimento negativo do PIB também em 2016. E mesmo quem prevê algum crescimento no ano que vem aponta que não será o suficiente nem pra compensar a queda deste ano. Esse ajuste é uma política propositalmente recessiva de médio prazo, para gerar desemprego e achatar o salário e a renda do trabalhador. Há algum tempo os economistas da escola do Levy já vinham defendendo que os salários estavam altos demais, e o ajuste vem pra atuar sobre isso, de forma intencional.

Ocorre que, ao gerar recessão, afeta diretamente a arrecadação do Governo (na verdade, dos governos nos três níveis, como mostra a queda de arrecadação do ICMS estadual, que é ainda maior proporcionalmente do que a da União). Ao mesmo tempo em que a política monetária, além de desincentivar a retomada do crescimento, aumenta os gastos do Governo com o pagamento do serviço da dívida pública. O déficit público nominal em 12 meses, de maio de 2014 a maio de 2015, foi de 7,9% do PIB, um recorde. A dívida bruta sobre o PIB vai crescer este ano em relação ao ano passado. As previsões variam entre 62,7% e 63,1% do PIB, dependendo do superávit que for alcançado, contra os 58,9% de 2014. Hoje já está em 62,5%.

Matéria do jornal Valor do último dia 1º mostra que “a indústria de transformação brasileira terminou o segundo trimestre com estoques maiores que no fim do primeiro, apesar de a produção continuar em queda. Um dos efeitos desse cenário deve ser a continuidade das demissões entre julho e setembro, segundo Aloisio Campelo, superintendente-adjunto para ciclos econômicos do Ibre-FGV”. O Estaleiro Mauá, em Niterói, demitiu mil funcionários na semana retrasada, e no dia 2 anunciou o fechamento de suas portas por tempo indeterminado, orientando seus empregados a ficarem em casa. Se a empresa não reabrir, serão mais dois mil demitidos. O índice de Confiança da Indústria caiu 4,9% em junho e atingiu o menor nível tanto na série histórica trimestral quanto na mensal. A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis entre janeiro e abril encolheu 6,7% em relação ao mesmo período de 2014. Segundo o IBGE, a indústria como um todo recuou 8,8% em maio de 2015, quando comparado ao mesmo mês de 2014. Mesmo com a leve oscilação para cima da produção no mês de maio em relação a abril último, verificou-se uma queda de 6,9% no setor industrial nos cinco primeiros meses deste ano em relação a igual período do ano passado.

O comércio também já está sendo afetado, com a demissão de três mil pessoas nas últimas semanas pelo grupo Via Varejo (controlador das redes Casas Bahia e Ponto Frio), e de 1.200 pessoas no total pelas lojas Marisa, Renner, Riachuelo e C&A. Já o grupo Máquina de Vendas

(que controla a Ricardo Eletro, entre outras redes menores) teve o pior primeiro semestre de sua história, com recuo de 10% nas vendas.

O ajuste gera assim um círculo vicioso, e periga transformar a recessão em depressão, com consequências graves e duradouras.

Por isso, imaginar que o ajuste é página virada e que se possa agora passar para uma agenda positiva de Governo é irreal. E propor, como fez o Lula, que - num momento de cortes monumentais nas verbas das universidades e da educação em geral, nos três níveis da Federação - o Plano Nacional de Educação possa ser o centro dessa agenda é piada de mau gosto.

A penúria da UFRJ na “Pátria Educadora”

Em entrevista publicada pelo Globo na última sexta-feira, dia de sua posse como o novo reitor da UFRJ, o professor Roberto Leher pinta um quadro dramático para a universidade. Por conta do ajuste fiscal, a UFRJ sofrerá um corte de 50% de seu orçamento de investimento este ano. Segundo Leher, a universidade está chegando ao final do primeiro semestre com um déficit aproximado de R\$ 110 a 115 milhões. Obras de expansão do campus universitário do Fundão ficarão inacabadas e, mais grave, a partir de setembro as dívidas acumuladas impedirão a manutenção do pagamento de serviços, fazendo com que haja o risco de novamente a UFRJ ter suas portas fechadas por falta de limpeza e segurança, como já chegou a ocorrer este ano. Leher foi taxativo na entrevista: “A universidade não sobrevive com esses cortes”, afirmou.

Na mesma página, o jornal traz uma matéria com a neurocientista Suzana Herculano-Houzel, chefe do Laboratório de Neuroanatomia Comparada do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, que teve sua pesquisa divulgada pela “Science”, umas das principais revistas científicas do mundo. A professora e pesquisadora, respeitada internacionalmente em sua área, diz que corre o risco de ter que paralisar os trabalhos do laboratório que chefia por falta de recursos financeiros, pelo atraso na liberação das verbas pelo CNPq e pela Faperj.

Está dura a vida das universidades públicas da Pátria Educadora...

A absurda militarização das escolas públicas

Matéria do Globo do último dia 29 relata a experiência de uma escola pública em Manaus cuja administração foi entregue à Polícia Militar em 2012, devido aos altos índices de violência e ao baixo rendimento escolar. Segundo relato da jornalista, desde então, os casos de violência foram drasticamente reduzidos e as notas do colégio do Ideb deram um salto, enquanto o índice de reprovação despencou.

Mas a que custo?

Os estudantes passaram a ter que vestir farda, e batem continência para os inspetores, que na verdade são policiais armados, nos corredores da escola. Quem é flagrado com celular ligado, tem o aparelho apreendido e só devolvido no bimestre seguinte. Uma menina conta que teve que passar a prender o cabelo e tirar o esmalte da unha. A lógica e a ideologia militares sendo transmitidas em um espaço voltado para a educação pública. E a experiência de Manaus não é única: em Goiás a administração de colégios públicos também foi posta nas mãos de policiais militares.

Trata-se de um absurdo completo. É a sociedade declinando de sua capacidade pedagógica e entregando na mão de instituições extremamente autoritárias como as PMs a educação de nossas crianças. Propagando em nossa base social o vírus do autoritarismo e da submissão – à força, se for preciso – das classes populares. É, por sinal, a mesma lógica, elevada à enésima potência, de entregar a administração da vida comunitária aos militares, observada nas UPPs do Rio de Janeiro.

É preciso denunciar firmemente iniciativas como essa de Manaus, para evitar que ela vire moda. Ao contrário do que o Bispo Crivella gosta de dizer, quando um problema surge a solução não pode ser chamar os militares. Mas sim aprofundar a democracia.

Violência contra os pobres

Os dados são de pesquisa do Data Favela:

No Brasil, 62% dos moradores de favelas conheceram alguém da comunidade que foi assassinado. No Rio, esse índice aumenta para 75%

59% dos brasileiros que moram em favelas têm medo de sofrer violência policial dentro de casa. No Rio, são 65%.

A violência contra os pobres é uma das faces mais dramáticas da opressão das classes populares no Brasil. E, nesse quesito, o Rio mostra estar acima da média nacional.

Patentes e inovação: o discurso e a realidade

Recomendamos a leitura de artigo publicado no Globo do último dia 30, de autoria do advogado Luis Fernando Matos Jr, sobre a questão do registro de patentes no Brasil. Consideramos a inovação tecnológica um tema central para o desenvolvimento do País. E o artigo do Matos Jr. Dá um bom quadro do tamanho de nossos problemas nessa seara. Vale a leitura.

<http://oglobo.globo.com/opiniao/um-pais-de-baixa-patente-16600902>

